

Curso/Disciplina: Direito Processual do Trabalho Objetivo

Aula: Embargos Infringentes - 34

Professor(a): Leandro Antunes

Monitor(a): Nairim Machado Palma

Aula nº. 34

EMBARGOS INFRINGENTES

Art. 894, CLT. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 11.496, de 2007)

I - de decisão **não unânime** de julgamento que: (Incluído pela Lei nº 11.496, de 2007)

a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em DISSÍDIOS COLETIVOS que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e (Incluído pela Lei nº 11.496, de 2007)

Os embargos infringentes tem natureza ordinária.

O dissídio coletivo pode se iniciar no TRT ou no TST. Ele não se inicia na vara do trabalho. Quando o TRT ou TST decidem é proferida a chamada sentença normativa. Dessa sentença normativa cabe recurso. Para melhor compreensão vamos separar, quando o TRT profere a sentença normativa: cabe recurso para o TST, toda vez que o TRT atua em competência originária – RECURSO ORDINÁRIO – prazo de 08 dias. Quando o TST profere a sentença normativa: o SDC (sessão de dissídios coletivos) que vai julgar o dissídio coletivo e proferir a sentença normativa. Dessa sentença cabe recurso para o TST – EMBARGOS INFRINGENTES – prazo de 08 dias, que será julgado pela SDC.

Lei 7701/88, art. 2º - Art. 2º - Compete à seção especializada em dissídios coletivos, ou seção normativa: Ver tópico (1976 documentos)

II - em última instância julgar:

a) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica;

b) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em ações rescisórias e mandados de segurança pertinentes a dissídios coletivos;

c) os embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou da Súmula de sua jurisprudência predominante;

A principal função dos embargos infringentes é a de uniformizar a jurisprudência no âmbito da SDC.